

# AS IMPLICAÇÕES DOS BAIXOS SALÁRIOS PARA O TRABALHO DOCENTE NO BRASIL

Andreza **Barbosa** – UNESP e UNIARARAS

Agência Financiadora: CAPES

## INTRODUÇÃO

No campo educacional, há anos convivemos com certa percepção generalizada de que os professores brasileiros não são bem remunerados. No entanto, antes de afirmarmos que os salários docentes no Brasil são baixos, é necessário reconhecer que isso não é consenso. Nas palavras de Pinto (2009, p. 53), embora exista “[...] uma consciência generalizada de que os professores são mal pagos, o tema ainda é controverso, em especial na mídia ou em algumas abordagens acadêmicas, nas quais se busca demonstrar que os professores não são tão mal pagos quanto se diz”.

Em pesquisa sobre os salários dos professores evidenciou-se, após análise dos estudos que abordam a remuneração docente no Brasil, incluindo os estudos que questionam a existência de baixos salários docentes, que os professores brasileiros podem ser, de fato, considerados mal remunerados, sobretudo se atentarmos aos valores recebidos por esses profissionais em comparação a outras profissões para as quais também se exige formação em nível superior e, também, se levarmos em conta a importância do papel social do professor. Essa conclusão é ainda reforçada pela análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008.

Gatti e Barretto (2009, p. 247) corroboram essa conclusão afirmando que “[...] os salários recebidos pelos professores não são tão compensadores, especialmente em relação às tarefas que lhes são atribuídas.” Essas autoras ainda destacam que os professores da Educação Básica têm rendimento médio muito menor que as demais profissões consideradas para efeitos de comparação, mesmo se considerada a diferença existente entre as horas trabalhadas.

Assim, tendo em vista a possibilidade de afirmar que os salários recebidos pelos professores brasileiros são baixos, cabe questionarmos quais as implicações dessa remuneração para o trabalho docente. Para compreender melhor esse complexo quadro, esse artigo, baseado em pesquisa desenvolvida em nível de doutorado, buscou verificar a forma pela qual os salários docentes são tratados nas pesquisas e documentos que abordam o assunto, tendo como objetivo central analisar e compreender as implicações

dos baixos salários dos professores brasileiros para o trabalho docente. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico-documental que teve como corpus de análise as pesquisas relacionadas à remuneração docente produzidas, principalmente, por pesquisadores da educação e da economia e documentos relativos à temática elaborados por organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além da legislação brasileira pertinente ao estudo e dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008.

A análise realizada na referida pesquisa, baseando-se nos estudos e documentos mencionados, possibilitou elencar algumas implicações dos salários para o trabalho dos professores brasileiros.

## **IMPLICAÇÕES DOS BAIXOS SALÁRIOS PARA O TRABALHO DOCENTE**

Na sequência, serão discutidas as implicações dos baixos salários dos professores elencadas a partir da análise dos documentos mencionados e da bibliografia pesquisada. Cabe lembrar ainda que, embora essas implicações estejam interligadas na prática e sejam difíceis de serem separadas, para fins de análise, neste trabalho elas serão consideradas separadamente.

### **Implicações dos baixos salários para a profissão docente**

#### **Baixa atratividade**

Praticamente consenso nos documentos e pesquisas estudados é a dificuldade de se atrair bons estudantes para a docência com o pagamento de baixos salários e carreiras com poucas possibilidades de progressão (GATTI, 2000; SAMPAIO et. al., 2002; MORICONI, MARCONI, 2008; PINTO, 2009; GATTI, BARRETTO, 2009; GATTI et. al., 2010). Esses e outros autores têm ressaltado que melhores salários poderiam atrair profissionais com melhor qualificação para a profissão docente.

O estudo de Sampaio et. al. (2002) aponta que, para tornar uma profissão mais atrativa, são necessários melhores salários. Nessa pesquisa, é afirmado que há forte

relação entre salários e procura pela profissão, o que reforça a ideia de que melhores salários poderiam melhorar o recrutamento de profissionais para o magistério: “Nesse aspecto, se é evidente que bons salários não bastam para melhorar a qualidade de ensino, sem eles dificilmente se conseguirá atrair os graduandos mais bem preparados para a atividade docente na Educação Básica.” (SAMPAIO et. al., 2002, p. 108-109).

Em estudo que comparou os salários dos professores brasileiros do setor público e privado com outras ocupações desses setores, Moriconi e Marconi (2008) constataram grandes diferenciais negativos dos salários dos professores em relação a todos os demais profissionais considerados, principalmente se considerados os profissionais com nível superior. De acordo com os dados obtidos por esses autores, os salários dos professores do setor público seriam 52,1% menores que os das demais ocupações do setor público. Com isso, concluem que “[...] fica clara a falta de atratividade dos salários dos professores públicos se comparados aos rendimentos das demais categorias de servidores, em todo o Brasil.” (MORICONI; MARCONI, 2008, p. 14). E ainda destacam que “[...] somente uma carreira com remunerações atrativas poderá levar jovens com potencial para se tornarem bons professores a optarem por ela, antes mesmo de decidirem pela atuação no setor público ou privado.” (MORICONI; MARCONI, 2008, p. 6).

Analisando dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2005, Gatti e Barretto (2009) evidenciam que é pequeno o número de alunos que cursam as Licenciaturas em Matemática, Física e Química, áreas em que faltam constantemente professores na Educação Básica. Sobre as duas últimas áreas, essas autoras ponderam que “Certamente os estudantes dessas áreas encontram melhores ofertas de trabalho fora da docência.” (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 158).

Em pesquisa mais recente sobre a atratividade da carreira docente realizada com alunos do Ensino Médio público e privado de oito cidades brasileiras de grande ou médio porte, Gatti et. al. (2010) mostram que o desinteresse pela docência continua muito grande: apenas 2% dos sujeitos que participaram dessa pesquisa indicaram, como primeira opção para ingresso na Educação Superior, o curso de Licenciatura em Pedagogia ou outro curso de Licenciatura; 9% dos jovens indicaram cursos ligados às disciplinas da escola básica, porém sem mencionar se seria licenciatura ou bacharelado e 83% destacaram a escolha por profissões desvinculadas da docência. Quando

questionados sobre os motivos para não serem professores, os sujeitos dessa pesquisa apontam a questão salarial como sendo a segunda principal causa considerada na escolha, seguida da falta de identificação pessoal com a atividade docente (GATTI et. al., 2010).

Na opinião de Pinto (2009), para reverter o quadro da baixa atratividade da docência no Brasil, “[...] não há outra saída que não seja traçar uma estratégia de valorização dos professores. E não existe valorização de uma profissão sem salários atraentes, que estimulem os melhores alunos do Ensino Médio a optar pela carreira.” (PINTO, 2009, p. 60) O melhor indicador de prestígio de uma profissão é o salário pago para quem opta por ela.

### **Abandono do magistério**

Além dos baixos salários contribuírem para não atrair profissionais mais qualificados para a docência, há dificuldade para reter aqueles que optam por esse caminho. Muitos trabalhadores docentes não permanecem na carreira, abandonando a profissão por outras carreiras em que sejam melhor remunerados e valorizados, ou ainda deixam a sala de aula para atuar em outros cargos do sistema de ensino, como a coordenação pedagógica, a direção e a supervisão escolar, também melhor remunerados que a docência e, normalmente, com maior reconhecimento e valorização social.

Gatti, Esposito e Silva (1994) mostram que 40% dos professores que foram sujeitos de uma pesquisa sobre o perfil dos professores do então primeiro grau brasileiro declararam que gostariam de optar por outra carreira, e 71% desses apontavam a não valorização da docência, o baixo salário e o trabalho desgastante como razões dessa possível opção. (GATTI; ESPOSITO; SILVA, 1994).

Mais recentemente, o abandono do magistério continua sendo apontado como uma das implicações dos baixos salários. Lapo e Bueno (2003), ao estudarem o abandono do magistério por parte de professores da rede pública paulista, concluíram que a baixa remuneração é o fator mais alegado por esses profissionais como motivo para abandonarem a carreira docente. As autoras também destacaram que a baixa remuneração foi, muitas vezes, apontada pelos professores como associada a fatores

como falta de condições de trabalho, necessidade de buscar empregos mais rentáveis, falta de perspectiva profissional e desencanto com a profissão.

Sobre isso, Lourencetti (2008), ao estudar o trabalho docente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio paulista, afirma que o salário do professor seria uma das maiores fontes de descontentamento da categoria, sendo “[...] comprovado o poder dissuasivo exercido pelos baixos salários sobre os indivíduos mais capacitados, que acabam optando por outras profissões.” (LOURENCETTI, 2008, p. 21).

## **Implicações dos baixos salários para o professor como sujeito**

### **Redução do poder aquisitivo**

Quem opta por permanecer na docência e conta apenas com o salário de professor para o atendimento às necessidades objetivas enfrenta a pobreza material. Segundo Siniscalco (2004) os baixos salários pagos aos docentes ou os forçam a exercerem outras atividades profissionais além da docência ou acentua a condição de pauperização.

Há que se destacar, no entanto, que, no Brasil, grande parte da população recebe remunerações inferiores a dos professores, como mostrou o estudo da UNESCO (2004) ao indicar que a renda familiar dos docentes era sensivelmente superior à da média da população do país, situando-se entre dois e dez salários mínimos. Porém, se comparados aos demais profissionais dos quais também se exige formação em nível superior, o poder aquisitivo dos professores pode ser considerado inferior.

Ainda que existam muitos outros trabalhadores que recebem remunerações ainda mais baixas que os docentes, a pauperização dos professores preocupa, pois dificulta o acesso a bens culturais, tão importantes para a formação e a prática do professor, como é apontado por Sampaio e Marin (2004). De modo a corroborar com tal constatação, a já mencionada pesquisa da UNESCO (2004) mostrou que, quanto maior a renda familiar dos professores, maior a participação deles em eventos de caráter cultural o que, provavelmente, se traduz em melhor atuação profissional.

Odelius e Codo (1999b) destacam como resultado de sua pesquisa que o baixo poder de compra dos salários dos professores dificulta a aquisição de materiais

necessários para sua atualização e o preparo do próprio trabalho. Em outra pesquisa, Odellius e Codo (1999a) mostram a insuficiência dos salários dos professores não apenas para investir em cultura e formação geral com vistas a melhorar sua atuação, mas também para seu sustento e de sua família. Esses pesquisadores analisaram o poder de compra dos salários dos professores e concluíram que eles não permitem a aquisição de uma cesta básica necessária para a sua manutenção. Essa conclusão encontra respaldo em dados atuais, se for considerado que, de acordo com o DIEESE, o valor do salário mínimo necessário em janeiro de 2010 seria de R\$ 1987,00 e, de acordo com Gatti e Barreto (2009), a média nacional dos salários dos professores é de R\$ 927,00.

Assim, a pauperização dos professores se apresenta como mais uma das implicações dos baixos salários para o trabalho docente à medida que restringe as possibilidades de fruição de bens culturais que enriqueceriam o trabalho docente, além de gerar insatisfação aos professores.

### **Sentimento de desânimo e insatisfação com o trabalho**

Com base no exposto anteriormente, percebe-se que, ao fazer parte de uma profissão mal remunerada, que submete o trabalhador a uma condição de pobreza material, o professor tem sido exposto ao sentimento de pertença a uma categoria desvalorizada.

Enguita (1991) assinala que a combinação da pressão moral presente no trabalho docente aliada a escassas recompensas materiais e à degradação do status econômico traduz-se em frustração pessoal e desafeição do professor com o próprio trabalho. Isso seria, sem dúvida, extremamente prejudicial para a qualidade da atuação do professor em sala de aula e, conseqüentemente, para a educação escolar.

Para Esteve (1995, p. 105), “paralelamente à desvalorização salarial produziu-se uma desvalorização social da profissão docente”. Assim, o sentimento de desvalorização estaria diretamente vinculado à questão salarial: “[...] o professor é visto como um pobre diabo que não foi capaz de arranjar uma ocupação mais bem remunerada.” (ESTEVE, 1995, p. 105).

O sentimento de esforço não reconhecido, ou seja, de desvalorização do trabalho, impacta negativamente a atuação do professor. Assim, os baixos salários

também são apontados como um dos principais causadores da desvalorização social ou falta de prestígio associados à profissão docente. Gatti, Esposito e Silva (1994) mostram que 83% dos professores entrevistados em sua pesquisa apontavam os salários indignos como o fato mais revelador da desvalorização social da docência, como o elemento mais frustrante da profissão docente. Em outro estudo, Gatti (2000) aponta o sentimento de insatisfação dos professores como extremamente prejudicial à qualidade do trabalho desses profissionais.

O estudo de Sampaio et. al. (2002) destaca a importância da profissão docente e afirma que, apesar de muitas vezes se reconhecer essa importância, “Infelizmente esse reconhecimento não se traduz nas condições de trabalho satisfatórias e na melhor remuneração desses profissionais.” (SAMPAIO et. al., 2002, p. 113-114).

Por sua vez, Lüdke e Boing (2004) consideram que o baixo salário do professor é o aspecto mais básico e decisivo em relação ao declínio da profissão docente, ou seja, para esses autores, a decadência do salário do professor representa a perda da dignidade e o respeito dessa categoria profissional.

Pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro (2010) indicou que o principal motivo de insatisfação dos professores com sua profissão encontra-se relacionado aos benefícios e aos salários recebidos, apontando que: “há, sem dúvida, uma questão de desprestígio social que, provavelmente, impacta na motivação, na valorização e no desempenho do professor.” (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2010, p. 39).

Apesar do sentimento de desvalorização causado pelos baixos salários, Enguita (1991) destaca que, quando o professor reivindica melhores salários, ele não é visto como profissional e que, assim, o professor tem que se resignar para ter sua profissionalidade reconhecida e valorizada. Logo, mesmo sendo acometido pelo sentimento de não reconhecimento de seu trabalho, muitas vezes, o professor acaba sendo levado a se resignar, a acreditar que o sacrifício é natural e necessário para o exercício da docência.

## **Implicações dos baixos salários que afetam tanto a profissão docente quanto o professor como sujeito**

### **Intensa jornada de trabalho**

Para compensar os baixos salários e obter melhores rendimentos, muitos professores são levados a buscar jornadas de trabalho mais intensas, assumindo mais aulas e, muitas vezes, trabalhando em mais de uma escola e em mais de um período ao dia.

Os dados a seguir, extraídos da PNAD de 2008, evidenciam as horas de trabalho na docência dos professores brasileiros:

**Tabela 1: Jornada de trabalho semanal docente por nível de ensino em que atua**

Nível de ensino em que atua	Jornada de trabalho semanal				
	0-19 h	20-25 h	26-39 h	40 h	> 40 h
Professores da Educação Infantil	0%	34%	23%	29%	14%
Professores anos iniciais do EF	3%	30%	16%	35%	16%
Professores anos finais do EF	3%	25%	16%	35%	21%
Professores do Ensino Médio	10%	16%	17%	33%	24%

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na análise dos dados da PNAD de 2008.

Observa-se que o número de horas trabalhadas pelos professores varia bastante de acordo com o nível de ensino em que o professor atua: quanto mais avança o nível de ensino, maior o número de horas trabalhadas pelo professor. Além disso, segundo esses dados, muitos professores teriam jornadas inferiores a 40 horas de trabalho semanal, ou seja, menos do que trabalham grande parte dos demais trabalhadores brasileiros que tem jornadas de 44 horas semanais. No entanto, é considerável a porcentagem de professores que declarou trabalhar 40 horas ou mais por semana: 51% nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 57% nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

É necessário lembrar, no entanto, que a docência é uma atividade com características muito específicas que não são apresentadas por outras carreiras, como por exemplo, a necessidade de se trabalhar várias horas semanais além das horas



dedicadas efetivamente ao ensino em sala de aula, destinando um tempo considerável para a realização de atividades extraclasse como o planejamento de aulas e a correção de atividades dos alunos, entre outras. No entanto, o tempo dedicado pelos professores para a realização dessas atividades varia bastante e, por isso, não se pode aferir exatamente quantas horas de trabalho efetivo (além das horas de ensino) compõem a jornada docente. Mesmo assim, resultados de pesquisas têm sugerido que essas horas ultrapassam normalmente as horas remuneradas (GATTI, ESPOSITO, SILVA, 1994; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2010). Além disso, a docência também é uma atividade que pressupõe grande nível de envolvimento emocional e de desgaste físico e mental, apresentando-se como atividade de elevada exigência.

É nesse sentido que Duarte (2008) tem se referido à jornada de trabalho docente como intensa e extensa. Ela é intensa pela natureza e nível de exigência da atividade desenvolvida, e extensa porque o número de professores que têm jornadas de trabalho com 40 horas ou mais é bastante considerável como mostra a tabela anterior.

Assim, se considerados os dados da PNAD apresentados e se eles forem comparados à jornada de trabalho de outros profissionais, pode-se concluir que a jornada de trabalho do professor é menos extensa. No entanto, ao se admitir que os professores normalmente dedicam mais tempo, além das horas pelas quais são contratados, ao desenvolvimento de seu trabalho e que a docência tem características específicas que implicam em maior envolvimento e desgaste do professor, pode-se concluir que, no mínimo, a jornada de trabalho docente no Brasil é intensa.

Muitas pesquisas tratam do prolongamento da jornada de trabalho docente como forma de compensação dos baixos salários. Segundo essas pesquisas, muitas delas empíricas e realizadas com amostras significativas de sujeitos, os professores assumem aulas em mais que um período, o que acarreta maior desgaste e algumas consequências negativas para o seu trabalho (NACARATO, VARANI, CARVALHO, 1998; MONLEVADE, 2000; OLIVEIRA, 2006; ASSUNÇÃO, OLIVEIRA, 2009).

Para Monlevade (2000, p. 279), por exemplo, o baixo salário docente não valoriza o professor e supõe “[...] a dobra de trabalho, que desqualifica o ensino do professor e reduz o aprendizado do aluno.” Esse autor ainda critica o que ele chama de multi-jornada e multiemprego e aponta que a legislação educacional permite isso por reconhecer os baixos salários pagos aos docentes.

Semelhante a isso, Pinto (2008, p. 70) afirma que: “[...] o ‘direito’ dado aos professores de assumirem dois cargos públicos é, na verdade, um direito dado ao Executivo de pagar-lhe a metade do que é o justo em cada um desses cargos.” Em outro momento, Pinto (2009) destaca que as próprias redes de ensino favorecem o aumento da carga horária dos professores à medida que estabelecem jornadas que possibilitam isso.

Oliveira (2006) aponta a expansão da jornada de trabalho dos professores como um dos aspectos da intensificação do trabalho docente, além do aumento de exigências da função, e destaca que os professores assumem mais que uma jornada de trabalho para obter maiores rendimentos, porém isso pode comprometer a qualidade do trabalho desse profissional.

Outro aspecto a ser considerado é que quanto maior a carga horária de trabalho nas escolas, maior o número de alunos dos quais é necessário dar conta. Assim, assumir uma jornada de trabalho mais extensa significa assumir mais turmas. A pesquisa de Sampaio et al (2002), mencionada anteriormente, já havia indicado que as jornadas de trabalho ampliadas dos professores, envolvendo um número muito grande de alunos, acarretariam prejuízos para a aprendizagem dos alunos: “É evidente que esta duração de jornada que envolve, na prática, o trabalho semanal com, pelo menos, uma centena de alunos, compromete a qualidade do trabalho docente e reflete-se no baixo índice de aproveitamento dos alunos.” (SAMPAIO et al, 2002, p. 119).

Referendando essas informações, o Estudo Exploratório Sobre o Professor Brasileiro, realizado pelo INEP (2009), com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2007, mostrou que, no caso dos professores do Ensino Médio, por exemplo, é considerável a porcentagem de professores que declararam lecionar em 10 turmas ou mais. Isso implicaria em lecionar para, pelo menos, 400 alunos, considerando-se a média de 40 alunos por turma. Assim, para além da questão do tempo maior em sala de aula, a extensão da jornada de trabalho com vistas à melhoria da remuneração implica no aumento considerável de trabalho.

Além disso, mesmo que em menor número, há ainda professores que assumem, em período contrário, outra atividade profissional diferente da docência. O Banco Mundial aponta como vantajoso o fato da jornada de trabalho docente permitir que esse profissional tenha um segundo emprego e apresenta o dado segundo o qual 17% dos professores brasileiros teriam um segundo emprego (WORLD BANK, 2001, p. 55). Os

dados da PNAD de 2008 mostram que 11,7% dos professores consultados alegaram ter outra ocupação além do magistério, sendo que, entre esses, 6,2% tinham a docência como ocupação principal e 5,5% tinham na ocupação não docente sua principal fonte de renda.

Ora, precisar estender uma jornada de trabalho que é, por natureza, intensa e desgastante, para compensar os baixos salários não é nada positivo. Afinal, o grande número de horas trabalhadas pode trazer vários outros problemas para o professor, para a sua prática em sala de aula e, conseqüentemente, para os alunos.

Uma das conseqüências da intensa jornada de trabalho é o **aumento da rotatividade e itinerância** do professor pelas escolas. Para complementar o salário recebido por uma carga horária de 25 ou 30 horas, por exemplo, os professores são levados a assumirem mais aulas onde houver disponibilidade, podendo ser em outras escolas da rede estadual, municipal ou particular ou, algumas vezes, acumulando mais de um cargo na mesma rede. Com isso, os professores ficariam sujeitos a ministrar uma parte de suas aulas (a carga horária de trabalho suplementar) onde houver vagas o que, por sua vez, pode variar de ano para ano. Assim, as escolas públicas assistem a uma grande rotatividade de professores. Além disso, é comum que os professores assumam aulas em diversas escolas ao mesmo tempo, como é o caso dos professores que estendem sua jornada para complementar seus salários, o que faz do professor um trabalhador itinerante.

Esses fenômenos (rotatividade e itinerância) comprometem a qualidade do ensino, posto que dificultam a realização do trabalho coletivo e o estabelecimento da identificação necessária entre o professor e a escola em curto período de tempo como destaca Oliveira (2006).

Ao estudar o trabalho de professores itinerantes, Boing (2008) analisou a rotina de professores que tinham que se deslocar por várias escolas para trabalhar e, apesar de perceber que esses professores conseguiam se manter comprometidos com a qualidade de seu trabalho, também identificou o grande desgaste que a itinerância provoca, a falta de contato com outros professores para a realização de trabalhos coletivos e a falta de tempo para cumprir, inclusive, as exigências burocráticas da escola.

Outro fator que decorre da excessiva jornada de trabalho são os **problemas de saúde**, que cada vez mais acometem os professores. O desgaste provocado pelo excesso de trabalho e pela necessidade de se deslocar constantemente de uma escola a outra contribuiria para causar esses problemas que, por sua vez, prejudicam muito a prática docente, porque desencadeiam licenças médicas ou faltas diárias e, conseqüentemente, a descontinuidade do trabalho iniciado com os alunos.

As condições de saúde dos professores têm sido sistematicamente desconsideradas pelas políticas, mas, já é frequente na literatura educacional a referência ao estresse do professor. A expressão “mal-estar docente”, cunhada por Esteve (1995), é usada para designar os efeitos negativos do trabalho sobre a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais de exercício da docência. Para este autor, as principais conseqüências do mal-estar docente seriam o sentimento de desajustamento e insatisfação, os pedidos de transferência para fugir de situações conflituosas, o desenvolvimento de esquemas de inibição para cortar o vínculo com o trabalho, o desejo de abandonar a docência, o absenteísmo, o esgotamento, o estresse, a ansiedade, a autodepreciação, as reações neuróticas, depressões e ansiedade.

A baixa remuneração configura-se como um dos principais causadores dos problemas de saúde por provocar o sentimento de insatisfação e desânimo anteriormente relatados e, também, por levar à intensa jornada de trabalho a fim de completar os rendimentos, o que causa fadiga, cansaço excessivo e desgaste.

Ao estudar as conseqüências das condições de trabalho às quais estão submetidos os professores, Codo e Menezes (1999) mencionam o *Burnout*, conhecido como Síndrome da Desistência. O *Burnout* seria uma resposta ao estresse crônico a que os professores estão submetidos o tempo todo. Segundo esses mesmos autores, o *Burnout* é a desistência do professor que se mantém na escola.

Odelius e Ramos (1999, p. 353) demonstram ainda nos resultados de sua pesquisa que “o padrão de remuneração é inversamente proporcional ao crescimento do *Burnout*”, ou seja, quanto menor o salário maior a incidência de *Burnout*. Esses mesmos autores ainda consideram que os baixos salários aumentam os riscos de sofrimento psíquico dos professores à medida que causam a sensação de redução do controle sobre

a vida e o estreitamento das estratégias para se lidar com os problemas e levam a aumentar a carga horária de trabalho.

Assunção e Oliveira (2009) também apontam que um dos fatores que contribuiria para o adoecimento dos professores seria a insegurança financeira causada pelos salários baixos e discrepantes frente ao grau de responsabilidade da atividade exercida pelo professor. Ainda para essas autoras, a intensificação do trabalho, que implica além da expansão da jornada de trabalho, o aumento das demandas das quais dar conta, acarretaria a hipersolicitação do professor, que tem de atuar em regime de urgência, o que acentua o desgaste da docência e traz riscos à saúde do professor.

Ora, se as jornadas excessivas de trabalho causam problemas de saúde, também contribuem para o **aumento do absenteísmo docente**.

Lapo e Bueno (2003) destacam que os abandonos temporários da docência, por meio de faltas e licenças, podem significar o início do processo de abandono definitivo e permitem o distanciamento dos conflitos vividos na docência, bem como a realização de atividades, como as de lazer, que não são possíveis em decorrência das longas jornadas de trabalho.

Há que se entender, no entanto, por que os professores faltam. Esteve (1999), em estudo sobre os professores espanhóis, discute que as férias e as faltas cumprem papel significativo para romper os ciclos de estresse do docente. As licenças médicas por diferentes motivos parecem servir para aliviar as tensões da sobrecarga do dia a dia e possibilitar nova recuperação, o que explicaria a maior incidência de licenças médicas nos finais dos períodos.

A intensa jornada de trabalho assumida pelos professores para compensar os baixos salários poderia levar, ainda, ao **comprometimento das atividades extraclasse**, como planejamento, preparo de aulas, correção de provas e atividades dos alunos. Trata-se de atividades fundamentais para o bom andamento da prática docente e requer muito tempo de dedicação do professor fora do horário de sala de aula. Se o professor trabalha muitas horas por dia, pode não restar tempo para se dedicar a essas atividades, o que compromete a sua atuação em sala de aula. Além disso, as horas de trabalho extraclasse são necessárias para que o professor possa pensar estratégias para o acompanhamento de alunos que apresentem dificuldades e planejar atividades diferenciadas.

Sobre isso, Garcia e Anadon (2006) consideram que as jornadas de trabalho intensas dificultam a realização das atividades extraclasse: *“las largas jornadas de trabajo, muchas veces desarrolladas en más de una escuela, el excesivo número de grupos escolares y alumnos a ser atendidos, dificultan el desarrollo de la enseñanza de modo más creativo y diferenciado.”* (GARCIA; ANADON, 2006, p. 188).

Pinto (2009, p. 56) também destaca que, devido aos baixos salários, “o tempo dedicado a atividades de planejamento e correção de trabalhos acaba sendo preenchido por mais aulas em outras redes de ensino [...]”.

Além dos fatores já apontados, a intensa jornada de trabalho assumida pelos professores para compensar a baixa remuneração leva ao **pouco investimento no aprimoramento profissional**, fundamental para qualquer profissão, principalmente para a docência. Os professores não têm tempo nem dinheiro para investir na realização de cursos extras ou mesmo na continuidade dos estudos.

Monlevade (2000, p. 279) também sugere que os baixos salários, à medida que levam o professor a aumentar a sua jornada de trabalho para compensá-los, impedem a formação continuada do docente, roubando-lhe o tempo necessário para sua “realimentação profissional”.

Portanto, a análise realizada das pesquisas mostra que, ainda que não se possa afirmar que bons salários pagos aos professores acarretariam a melhoria da educação, sem bons salários tampouco essa qualidade será alcançada, posto que, conforme exposto neste trabalho, a baixa remuneração dos professores pode acarretar muitas implicações negativas para a profissão docente e para o sujeito professor, comprometendo a qualidade do trabalho desenvolvido por esse profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na pesquisa que deu origem a esse trabalho, observou-se que os baixos salários tornariam a profissão docente pouco atrativa, o que dificulta o recrutamento e a retenção de bons professores. Essa é uma decorrência para o trabalho docente considerada quase consensual, sendo apresentada pela maioria dos estudos e documentos analisados.

No entanto, existem outras implicações dos baixos salários que atingem não apenas a profissão, mas o professor como indivíduo. Essas implicações, apesar de serem

frequentemente ignoradas, afetam a pessoa do professor e, conseqüentemente, dada a natureza do trabalho docente, afeta também a qualidade do trabalho do professor. Nesse sentido, é importante ressaltar a dimensão humana desse profissional, reconhecendo que os baixos salários acirram a redução do poder aquisitivo dos docentes, não permitindo a eles manter satisfatoriamente o seu sustento e de sua família como também a aquisição de bens culturais necessários para a sua atualização e a elevação de seu capital cultural. Além disso, o padrão de remuneração do professor acentua a desvalorização social desse profissional que, dada a sua condição de pauperização, passa a se sentir insatisfeito e frustrado por pertencer a uma profissão que não tem reconhecimento financeiro e social.

Para tentar compensar os baixos salários, muitos professores são levados a assumir uma carga horária de trabalho maior e, mesmo que sua jornada, quantitativamente, ainda seja menor que a da maioria das categorias profissionais brasileiras, uma jornada de trabalho docente intensa também traz conseqüências: normalmente para ministrar mais aulas, os professores têm que atuar em várias escolas, o que acirra fenômenos como os da rotatividade e itinerância. Desse modo, pelo desgaste causado em função da intensidade do trabalho, aumentam-se os riscos de adoecimento e, conseqüentemente, os professores se ausentam mais. Além disso, as intensas jornadas de trabalho reduzem o tempo para que o professor possa se dedicar às atividades extraclasse necessárias à docência, como preparar aulas, corrigir atividades dos alunos, etc., assim como também fragilizam o investimento no aprimoramento profissional, uma vez que há pouco tempo e dinheiro para tal.

Dessa forma, ainda que não se pudesse afirmar a existência de relação direta entre salário do professor e qualidade do seu trabalho, a análise realizada permitiu apontar a existência de uma série de implicações dos baixos salários para o trabalho do professor. Portanto, mesmo que bons salários não deem conta de melhorar diretamente a qualidade da educação e do trabalho docente, sem eles dificilmente se conseguirá algo nesse sentido.

Mais ainda, mesmo que se reconheça que outros tantos fatores interfiram na qualidade do trabalho docente (a formação, as condições da escola, o número de alunos em sala de aula, etc.), professores pauperizados, sem acesso a bens culturais, insatisfeitos, cansados, com poucas possibilidades de se atualizar, sem tempo para lazer

e descanso, dificilmente terão condições de exercerem seu trabalho de forma totalmente satisfatória.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ada; OLIVEIRA, Dalila A. Intensificação do trabalho e saúde os professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, mai./ago. 2009.

BOING, Luiz A. **Os sentidos do trabalho de professores itinerantes**. 2008. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CODO, Wanderley; MENEZES, Iône V. O que é Burnout? In: CODO, Wanderley. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho: Burnout a síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 237-254.

DUARTE, Adriana M. C. O trabalho docente na educação básica: novas configurações e formulações teórico conceituais. In: SEMINÁRIO DA REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO DOCENTE– REDE ESTRADO, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: REDE ESTRADO, 2008. 1 CD-ROM.

ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In: **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, 1991, p. 41-61.

ESTEVE, José M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999.

GARCIA, Maria M. A.; ANADON, Simone B. Reforma educacional, intensificación del trabajo docente, cuidado y gênero. In: FELDEFEBER, Myriam; OLIVEIRA, Dalila A. (Comp.). **Políticas educativas y trabajo docente – nuevas regulaciones ¿Nuevos sujetos?** Buenos Aires: Noveduc, 2006. p. 181-201.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores e carreira: problemas de movimento e renovação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_; BARRETO, Elba S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_; ESPOSITO, Yara; SILVA, Rose N. Características de professores (as) de 1º grau no Brasil: perfil e expectativas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 48, p. 248-260, ago. 1994.

\_\_\_\_\_. et. al. A atratividade da carreira docente no Brasil. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, n. 1, p. 139-209, mai. 2010.

INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília: INEP, 2009.



INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Ser professor: uma pesquisa sobre o que pensa o docente das principais capitais brasileiras. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, n. 1, p. 17-61, mai. 2010.

LAPO, Flavinês; BUENO, Belmira O. Professores: desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, mar. 2003, p. 65-88.

LOURENCETTI, Gisela do Carmo. **O trabalho docente dos professores secundários na atualidade**: intersecções, particularidades e perspectivas. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

LÜDKE, Menga.; BOING, Luiz A. **Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

MONLEVADE, João A. C. **Valorização salarial dos professores**: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MORICONI, Gabriela M.; MARCONI, Nelson. Os salários dos professores públicos são atrativos no Brasil?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008, p. 1-20. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211605210-.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2009.

NACARATO, Adair M.; VARANI, Adriana; CARVALHO, Valéria. O cotidiano do trabalho docente: palco, bastidores e trabalho invisível... abrindo as cortinas. In. GERALDI, Corinta M. G.; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete M. A. (Org.). **Cartografias do trabalho docente**: professor (a) - pesquisador (a). São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 73-104.

ODELIUS, Catarina C.; CODO, Wanderley. Poder de compra. In. CODO, Wanderley. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**: Burnout a síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes, 1999a. p. 204-234.

\_\_\_\_\_. Salário. In. CODO, Wanderley. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**: Burnout a síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes, 1999b. p. 193-203.

ODELIUS, Catarina C.; RAMOS, Fernanda. Remuneração, renda, poder de compra e sofrimento psíquico do educador. In. CODO, Wanderley. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**: Burnout a síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 338-354.

OLIVEIRA, Dalila A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, dez. 2006b.

PINTO, José M. R. **Remuneração adequada do professor** – desafio à educação brasileira. Retratos da escola. Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67. jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. O custo de uma educação de qualidade. In. CORREA, Bianca C.; GARCIA, Teise. (Org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 57-80.

SAMPAIO, Carlos E. M. et. al. Estatísticas dos professores no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília**, v. 83, n. 203/204/205, p. 85-120, jan./dez. 2002.

SAMPAIO, Maria M. F.; MARIN, Alda J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, set./dez. 2004.

SINISCALCO, Maria T. **Teachers' Salaries. Education for All Global Monitoring Report**. UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001466/146696e.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2009.

SOUZA, Aparecida N. Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França. In: SEMINÁRIO DA REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO DOCENTE– REDE ESTRADO, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: REDE ESTRADO, 2008. 1 CD-ROM.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004.

WORLD BANK. **Brazil Teachers Development and Incentives: a strategic framework**. Report nº 20408 BR. Washington: The World Bank, 2001.